

Há consenso sobre os cortes. Mas onde fazê-los?

— Há um consenso para cortar o déficit — afirma Carlos Longo, professor da Usp. “Do ponto de vista teórico, não há dúvidas quanto à necessidade de cortar o déficit, aumentar os impostos e reduzir os juros.”

Os resultados, porém, vão depender da ênfase que se der a cada um dos instrumentos. Quanto aos juros, Longo considera que “os recursos financeiros disponíveis na economia já foram aplicados”, acrescentando: “Pode-se elevar de 30 para 40% os juros, mas não se vai elevar significativamente a taxa de poupança. Se a taxa for reduzida, persistirá o volume de recursos oferecidos. Concorro com a idéia de Ibrahim Eris, mas não basta. Reduzir de 100 para 90 é pouco, a despesa financeira ainda é um resultado marginal”.

Quanto ao aumento de impostos, o economista acha que pouco pode ser feito de prático, esse ano. “Politicamente — afirma — é inviá-

vel. Juridicamente, é possível aumentar algumas alíquotas no mercado financeiro, por exemplo sobre o overnight. Mas o mercado financeiro só contribui com cerca de 1/6 da arrecadação do imposto de renda, que por sua vez corresponde a 40% da receita total do Tesouro, a qual, por sua vez, é pouco superior ao déficit de caixa.” Daí a certeza de que há pouco a fazer além de antecipar o recolhimento do IPI e do IR, recordando-se porém que 30 dias de antecipação representam 10% de aumento real na receita. “São medidas simpléticas que podem ser feitas com portarias ministeriais. Além disso, há a correção do IR na fonte. De qualquer modo, sem uma reforma tributária não se pode contar muito com impostos. Só é possível reduzir efeitos da indexação e da defasagem, já que o IR não é arrecadado em bases correntes.”

Longo também considera imprecisa a questão do corte dos gas-

tos das estatais. “Até agora, o grande problema é que o déficit das estatais não está explícito. Fala-se em cortar Cr\$ 20 trilhões. Mas a argumentação da Sest é que não se sabe qual será a expansão da base monetária, o indicador de ajuste financeiro.”

— O corte nas estatais será dolorido — afirma o economista. Não se sabe se será possível cortar 10 ou 15% sem saber a meta de base negociada com o Fundo Monetário. Este é o ponto crucial do problema. Seria preciso cortar Cr\$ 20 a Cr\$ 30 trilhões das estatais.

Considerando um déficit de caixa de Cr\$ 85 trilhões, Longo admite que Cr\$ 20 trilhões poderiam ser cobertos com corte nas estatais, Cr\$ 10 trilhões com aumento de impostos, Cr\$ 25 trilhões com colocação de títulos públicos e Cr\$ 30 trilhões com expansão de base monetária. “Uma expansão estruturalista de 200% na base” — considerou.